



JUDICIÁRIO

Corrupção leva Collor para a cadeia

STF forma maioria para manter detenção do ex-presidente. Ele é o terceiro ex-chefe do Executivo, desde a redemocratização, a ser preso

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para manter preso o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Cinco ministros votaram a favor da decisão do relator do caso, Alexandre de Moraes, que ordenou a detenção do ex-chefe do Executivo. O julgamento em plenário virtual estava marcado para terminar às 23h59 de ontem. O ministro Gilmar Mendes suspendeu o julgamento, ao pedir destaque no processo — o que leva a análise para o plenário físico, mas sem alteração em relação à prisão do ex-senador. A data para retomada da avaliação do processo ainda não foi definida.

Collor foi preso na madrugada de ontem, no aeroporto de Maceió, enquanto se deslocava para Brasília “para cumprimento espontâneo da decisão do ministro Alexandre de Moraes”, segundo a defesa. O político foi condenado a 8 anos e 10 meses de reclusão por corrupção e lavagem de dinheiro em um desdobramento da Operação Lava-Jato.

Na quinta-feira, Moraes havia rejeitado todos os recursos da defesa e determinado a detenção imediata e o início do cumprimento da pena.

Na manhã de ontem, Collor passou por audiência de custódia, na Superintendência da Polícia Federal, em Alagoas, e cumprirá a pena no Presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, na capital do estado. Ficará na ala especial, em uma cela individual da unidade. O ex-presidente pediu para não ser transferido para Brasília.

Após a audiência, Moraes determinou que a unidade prisional informe, em até 24 horas, se tem “totais condições” para tratar da saúde do político. Isso porque os advogados do ex-presidente pediram a concessão de prisão domiciliar, sob o argumento de que o cliente tem “comorbidades graves” por causa da idade avançada (75 anos), doença de Parkinson, apneia grave do sono e transtorno afetivo bipolar.

Collor é o terceiro ex-presidente a ir para a prisão desde a redemocratização. O primeiro foi Luiz Inácio Lula da Silva, detido em abril de 2018 por corrupção e lavagem de dinheiro. Em 2019, Michel Temer foi detido em uma investigação relacionada às obras da usina nuclear de Angra 3 (veja **Memória**).

A denúncia contra Collor foi apresentada em 2015. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), ele recebeu R\$ 20 milhões em propina por negócios da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras na venda de combustíveis. Os pagamentos teriam sido feitos entre 2010 e 2014.

O ex-senador foi citado por três delatores da Lava-Jato. O doleiro Alberto Youssef disse que o ex-presidente recebeu R\$ 3 milhões. O dono da construtora UTC, Ricardo Pessoa, afirmou que o político ganhou R\$ 20 milhões em propina. O auxiliar de Youssef, Rafael Ângulo, relatou que entregou ao ex-presidente R\$ 60 mil em notas de R\$ 100.

Além de Collor, os empresários Luis Pereira Duarte de Amorim e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos foram condenados pelo recebimento do dinheiro.

Durante as investigações, a Polícia Federal apreendeu três veículos em uma casa de Collor em

STJ Alagoas/Divulgação



Na audiência de custódia, Collor contrariou a defesa e disse não ter doenças nem usar remédios: ele se manteve tranquilo e até esboçou um sorriso

De Maceió ao Planalto

Suspeitas, acusações e condenações de Collor

INÍCIO DA CARREIRA POLÍTICA EM ALAGOAS (1970-1989)

■ Fernando Collor de Mello já demonstrava ser personalista e ficou marcado por acusações de nepotismo e uso da máquina administrativa em benefício próprio e de aliados.

CAMPANHA PRESIDENCIAL (1989)

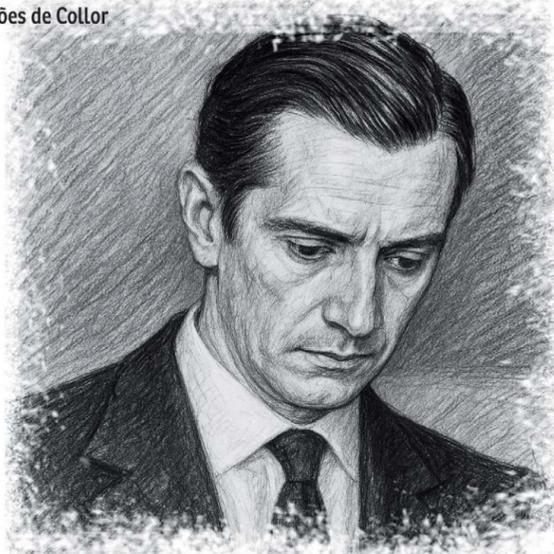
■ A eleição foi marcada por suspeitas de uso de dinheiro de origem duvidosa e por um discurso conservador, explorando o medo em relação ao PT e ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, tendo o debate final na TV Globo como momento decisivo. Collor se apresentou, durante toda a campanha, como “caçador de marajás” — forma como chamava os funcionários públicos de altos salários.

ELEITO PRESIDENTE

■ Collor foi eleito com 35 milhões de votos, contra 31 milhões de Lula. Ele se tornou o primeiro presidente a vencer uma eleição direta após a ditadura militar (1964-1985), em 1989, e governou o país entre 1990 e 1992.

O CONFISCO DA POUPANÇA

■ Em 1990, o governo Collor, por iniciativa da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, confiscou recursos das poupanças e outros depósitos bancários, sob a alegação de tentar conter a inflação, de 84% ao mês. Na época, só era permitido o saque, de conta corrente ou poupança, do equivalente a US\$ 1.300 (cerca de R\$ 2.700, hoje).



ESCÂNDALO PC FARIAS

■ Em fevereiro de 1992, o empresário Pedro Collor, irmão do então presidente, revelou detalhes de uma rede de tráfico de influências no governo. Uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) foi criada para investigar o escândalo. As investigações mostraram que na campanha de Collor o tesoureiro dele, Paulo César Farias, o PC, arrecadava contribuições milionárias de empresários em troca de vantagens do governo. A ação ficou conhecida como Esquema PC Farias.

OS CARAS-PINTADAS

■ Em agosto daquele ano, milhares de pessoas se reuniram no vão do Masp, em São Paulo, para protestar contra Collor. Com as caras pintadas, eles pediram a saída do presidente. A partir de então começou uma onda de manifestações, a maioria com presença de jovens e pedidos pela saída dele estampados nos rostos. Por isso, foram chamados caras-pintadas.

ABERTURA DO PEDIDO DE IMPEACHMENT

■ Em setembro, o pedido de impeachment de Collor foi entregue à Câmara. No dia 18 daquele mês, um protesto reuniu milhares de pessoas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. A abertura do pedido de impeachment ocorreu no dia 29.

IMPEACHMENT APROVADO

■ A Câmara, à época, aprovou a votação histórica que tiraria do poder o primeiro presidente eleito pelo voto direto: 441 foram a favor, 38 contra, 23 não votaram e um se absteve. Brasileiros comemoraram entoando o som do Hino Nacional. O processo de impeachment chegou ao Senado em 2 de outubro, e Collor foi afastado da presidência interinamente. Em 29 de dezembro de 1992, três meses após o pedido de cassação do mandato, Collor renunciou ao poder. Ele tomou a atitude para não ter os direitos políticos cassados. Mesmo com a saída voluntária de Collor, o Senado votou a favor do impeachment e tornou o político inelegível para cargos públicos por oito anos.

ABSOLVIÇÃO NO STF (1994)

■ Collor foi absolvido pelo STF nas acusações criminais do caso PC Farias por falta de provas, mas sua cassação de direitos políticos permaneceu, ocorrendo na esfera político-administrativa.

RETORNO À POLÍTICA E MANDATO DE SENADOR (2007-2022)

■ Após o fim da inelegibilidade, Collor voltou à política, sendo eleito senador por Alagoas em 2006 e reeleito em 2014. Seu mandato foi marcado por controvérsias e investigações de corrupção, sem condenações até recentemente.

OPERAÇÃO LAVA-JATO (2015 - PRESENTE)

■ Collor foi investigado na Operação Lava-Jato por suspeita de receber propina em contratos da BR Distribuidora. Em 2017, a PGR o denunciou formalmente por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

CONDENAÇÃO POR CORRUPÇÃO (2023)

■ Em maio de 2022, o STF o condenou por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da Lava-Jato, com pena de 8 anos e 10 meses de prisão, além de multa. Ele recorreu da decisão.

PRISÃO (2025)

■ Na madrugada de ontem, Collor foi preso em decorrência da condenação no caso da Lava-Jato, após o ministro Alexandre de Moraes negar recurso da defesa.

Valdo Virgo/CB/D.A. Pres:

Memória

As prisões de ex-presidentes

» Fernando Collor se torna o terceiro dos sete presidentes que governaram o país desde a redemocratização a ser preso. Entre 2018 e 2019, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou na cadeia por 580 dias. O petista foi condenado pelos mesmos crimes de Collor (corrupção passiva e lavagem de dinheiro) e também no desenrolar da Lava-Jato. O STF anulou as condenações em abril de 2021.

» O outro ex-presidente preso foi Michel Temer (MDB). Também devido à Lava-Jato, ele foi detido em março de 2019 no desenrolar da Operação Radioatividade, investigação que apurou crimes de formação de cartel e prévio ajustamento de licitações. Ele ficou na cadeia por quatro dias e foi solto após decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

PRD cancela filiação

O Partido da Renovação Democrática (PRD), afirmou, em nota, que cancelou a filiação do ex-presidente Fernando Collor de Mello. A legenda divulgou nota para anunciar que soube que o ex-presidente teve o último recurso negado no processo referente à Lava-Jato e que cancelou seu registro junto à sigla. O partido não comentará sobre o julgamento dele. O PRD foi fundado a partir da fusão entre Patriotas e PTB, aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 9 de novembro de 2023.

Brasília: uma Ferrari, um Porsche e uma Lamborghini. Todos em nome de empresas de fachada. O inquérito aponta que a compra de carros de luxo, imóveis e obras de arte era uma estratégia para lavar o dinheiro ilícito.

Em 2023, o Supremo havia condenado o ex-presidente por participação no esquema. Segundo a Corte, a atuação de Collor visava garantir apoio político dentro da estatal.

Da pena total, quatro anos e quatro meses eram relativos ao crime de corrupção passiva. A defesa recorreu dessa condenação. Moraes negou os embargos. Em junho de 2024, porém, Dias Toffoli apresentou um voto-vista, entendendo que a punição para o crime deveria ser reduzida para quatro anos e 80 dias-multa.

No julgamento de ontem, Flávio Dino, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Cármen Lúcia acompanharam a decisão de Moraes sobre a prisão. Cristiano Zanin não votou. Ele está impedido de participar por ter atuado como advogado em processos da Lava-Jato antes de assumir a cadeira na Corte.